

PL aciona TSE contra Lula por homenagem no carnaval

Janja e ministras teriam usado avião da FAB para participar de reunião na escola

Por Gabriela Gallo

A Acadêmicos de Niterói foi rebaixada. Mas o desfile da escola em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda tem repercussões políticas.

Dias após a apresentação da escola de samba, com o samba-enredo “Do alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, na Marquês de Sapucaí neste carnaval, o Partido Liberal (PL) encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma representação contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por suposto abuso de poder político e econômico envolvendo o desfile. O documento, assinado na última quinta-feira (19), foi divulgado pelo senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e é assinado por três advogados do PL.

Promoção política

A ação alega que a apresentação carnavalesca evidenciou “incontestável peça política de promoção e exaltação pessoal da figura de um pré-candidato”, além de realizar uma “desconstrução da imagem política de seus opositores”, no caso, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), “com desvirtuação do próprio pré-anunciado objeto do desfile



Acadêmicos de Niterói

Janja teria usado um avião da FAB para reunião com a escola de samba

(narrar a história de vida de uma dada pessoa)”. Em um dos carros alegóricos do desfile apareceu um palhaço, remetendo-se ao apelido de Bolsonaro (“Bozo”) assumindo a Presidência da República e depois deixando-a e, ao final, preso – como se encontra o ex-chefe de Estado, que está detido por tentativa de golpe de Estado.

“Em resumo: teve-se a transmutação de um desfile carnavalesco em uma apoteótica peça de marketing político-biográfico e de ataque a opositores. O desfile

da agremiação Acadêmicos de Niterói, sob o enredo “Do alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, não se limitou à esfera da expressão cultural, mas avançou para uma estrutura de financiamento e gestão que confunde, deliberadamente, o público e o privado, com clara conotação eleitoral”, declara o documento.

Alerta do TSE

Dias antes do desfile, os ministros do TSE rejeitaram,

por unanimidade, recursos de partidos da oposição que tentaram barrar o desfile, sob a justificativa de que não era possível julgar um fato que ainda não tinha ocorrido, sob o risco de cometerem censura prévia.

Mas a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, destacou que o processo não foi encerrado e que poderia eventualmente voltar a ser analisado. Baseado nas repercussões do desfile, esta é a expectativa.

Janja

Outra possível argumento que a oposição pode adotar contra o desfile, refere-se à primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja. Em outubro de 2025, a primeira-dama foi ao Rio de Janeiro em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e teria ido participar de uma reunião com representantes da Acadêmicos de Niterói. As informações são do Metrôpoles.

A acompanhavam as ministras de Igualdade Racial, Anielle Franco, e de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos.

Após a visita, elas participaram do evento de lançamento Conferência da Década dos Oceanos de 2027.

Ao Correio da Manhã, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação confirmou o voo para o Rio de Janeiro em 6 de outubro de 2025.

E ressaltou que a viagem das ministras e da primeira-dama “teve como foco central o fortalecimento do protagonismo científico brasileiro na preservação dos oceanos”.

A assessoria da primeira-dama e do Ministério de Igualdade Racial não se manifestaram até o fechamento desta reportagem.

O espaço segue aberto para eventuais manifestações.

Fim do tarifaço redesenha jogo comercial

Por Beatriz Matos

A decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que declarou ilegal o tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump vai além de um revés comercial. Por seis votos a três, os ministros entenderam que o presidente excedeu sua autoridade ao aplicar tarifas globais sem autorização do Congresso, impondo um freio institucional ao uso expansivo de poderes emergenciais.

Para o especialista ouvido por esta reportagem, o impacto dessa medida ultrapassa o comércio. Trata-se de um marco na disputa sobre os limites constitucionais da Presidência americana, e seus reflexos internacionais.

Para o professor de Relações Internacionais do Ibmec Brasília Frederico Dias, o julgamento atinge o coração da estratégia política de Trump.

“A decisão da Suprema Corte esclarece que ela é uma medida

de crise – não serve como um cheque em branco para o presidente regular sobre tarifas sem uma autorização congressional clara e específica para tal fim.”

Segundo o especialista, o caso simboliza o enfrentamento ao que estudiosos chamam de “Presidência imperial”, a concentração excessiva de poder decisório no Executivo americano.

“Trump atentou contra o Estado de Direito dos EUA, e a decisão da maioria de seis juízes certamente tem impactos positivos globais.”

Mesmo após a derrota, Trump anunciou nova taxa global de 10% com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974. “Eu iriei assinar agora um decreto para impor uma tarifa global de 10% sob a seção 122 para proteger o nosso país”, afirmou. Um dia depois, ele elevou a tarifa para 15%. A medida, no entanto, tem validade máxima de 150 dias e dependerá do Congresso para se tornar permanente.

O Brasil foi um dos países atingidos pelo chamado “tarifaço 10 + 40”, que elevou taxas sobre produtos brasileiros e contribuiu para queda de 6,6% nas exportações em 2025. Ainda assim, os EUA mantêm superávit na balança comercial com o Brasil.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, avaliou o desfecho como favorável ao país. “A decisão da Suprema Corte foi muito importante e muito importante para o Brasil porque o Estados Unidos é o terceiro maior comprador do nosso país.” Ele destacou que a nova taxa global não altera a competitividade brasileira. “Então é para todos, nós não perdemos competitividade.”

Para Frederico Dias, a decisão não elimina o protecionismo, mas altera o tabuleiro. “A capacidade de impor tarifas de forma unilateral e rápida, muitas vezes como uma ameaça ou instrumento de pressão foi substancialmente reduzida.”

Official White House Photo by shealah_craighead



Decisão da Suprema Corte dos EUA impõe derrota a Trump